

## Marcas da língua inglesa em nomes próprios adotados no Brasil: breves considerações sob um olhar bakhtiniano

Luciana Rocha Cavalcante<sup>20</sup>

Suzana Maria Lucas Santos<sup>21</sup>

**Resumo:** Este artigo tece considerações a respeito de antropônimos advindos da língua inglesa adotados por indivíduos brasileiros, tomando por base as relações existentes entre poder, história e sociedade à luz de postulados da teoria de Mikhail Bakhtin. O estudo discorre sobre alteridade e dialogismo por se tratarem de elementos constituintes do processo de nomeação de sujeitos, identificando a estreita e contínua relação entre o *eu-outro*. Cita, para efeito metodológico, alguns nomes que condensam relações sócio ideológicas.

**Palavras-chave:** Antropônimos. Língua inglesa. Indivíduos brasileiros. Alteridade. Dialogismo.

**Abstract:** This article discusses anthroponyms belonging to the English language adopted by Brazilian individuals, considering the existing relationships between power, history and society, based on postulates of Mikhail Bakhtin's theory. The study takes into account otherness and dialogism as they are constituent elements of the process of naming subjects, identifying the close and continuous relationship between the self and the other. It cites, for methodological purposes, some names that condense socio-ideological relations.

**Keywords:** Anthroponyms. English language. Brazilian individuals. Alterity. Dialogism.

## INTRODUÇÃO

Consideram-se os estudos antropônimos importantes contribuições para a Linguística, tendo em vista que o ato de nomear é inerente ao homem e se manifesta em

---

<sup>20</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Ensino de Línguas e Discurso - GruPELD. Atua, principalmente, nos seguintes temas: ensino/aprendizagem de língua inglesa, prática docente, comissão de avaliação, progressão docente e comissão examinadora. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1993), especialização em Leitura na Língua Inglesa pela Universidade Federal do Maranhão (1995), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2003), doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP - Araraquara (2011) com pesquisa voltada para o ensino de línguas estrangeiras nos cursos de Licenciatura em Letras a distância com enfoque para a oralidade. Professora Associado da Universidade Federal do Maranhão.

<sup>21</sup> Docente de língua inglesa na Universidade Federal do Maranhão. É membro do Grupo de Pesquisa Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro (FCLAR - UNESP/ Araraquara), do GT de Fonética e Fonologia integrado à ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística) e do Grupo de Pesquisa Cultura, linguagens e ensino: o uso da língua na formação técnica e tecnológica (Instituto Federal do Maranhão-IFMA). É associada efetiva do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL). É membro do Colegiado do Curso de Letras da UFMA. Coordena o Grupo de Estudos Fonético-Fonológicos do Português e do Inglês (GEFFPI) na UFMA.

várias línguas. O antropônimo, isto é, nome que designa a um ser humano, faz parte da cultura de todos os povos, desde os primórdios da criação humana.

O estudo sobre como surgiu o nome das pessoas remonta a um determinado período da cultura humana, que se perde no tempo, conforme o olhar de qualquer estudioso da antroponímia. Certo é que quando se deu nome à alguém, este passou a ter uma identidade. No caso específico, mostra-se ainda que a linguística se debruça sobre os antropônimos com o olhar ideológico, conforme se vai mostrar ao longo deste artigo.

O nome próprio, esse que geralmente é chamado de prenome e que surgiu lá nos primórdios da humanidade, foi a forma de distinguir a pessoa dentro do lugar que ela ocupava, tanto no seio da família, quanto na localidade onde vivia, e esse processo de “nomeação”, obedece a uma ordem ligada a questões de ordem convencionais, já que era necessário saber quem era quem, nesse intrincado xadrez familiar. Afinal, era preciso dar nomes às pessoas, para que elas pudessem ter seu reconhecimento, seu pertencimento.

Neste trabalho, o campo antroponímico é a fonte de interesse que será abordada dentro da perspectiva da teoria bakhtiniana. Para tanto, considerando-se os antropônimos como enunciados, à luz dos princípios bakhtinianos, vai se valer tanto de questões de caráter sócio-históricas quanto ideológicas que permeiam o ato de dar nome aos seres humanos. Outro ponto significativo diz respeito à figuração do *eu* e os processos de alteridade, que foram se materializando por meio de prenomes estrangeiros, sobretudo aqueles oriundos da língua inglesa, adotados por indivíduos brasileiros.

### **O antropônimo nos movimentos da história**

A história aponta que dar nomes e sobrenomes às pessoas é uma maneira de identificar aquele ou aquela nascido/a em uma determinada família que, por consequência, vai carregar consigo o que estava estabelecido culturalmente à época. Em seu artigo sobre como se dá essa dinâmica dos sobrenomes, Fiorin (2007) relata que tal fato aconteceu por questões históricas e como estas contribuíram nesse exercício de aferição do nome das pessoas em nossa cultura. O referido autor afirma que isso se deu em certo período latino, mais apropriadamente, quando a cultura romana ainda era predominante. Fato é que a identificação da pessoa obedecia a um sistema que levava em

conta o que se se chama de patriarcado ou patriciado. Assim, havia uma estrutura com três nomes que obedecia ao seguinte sistema: prenome, nome ou gentílico e o cognome.

Importa enfatizar que à época, o nome, que no caso é chamado de prenome, “não possuía relevância numa organização social fundada no prestígio das gentes”, já que não existia variedade de escolhas que pudessem ser feitas, inclusive, pela precariedade de nomes, no caso os “prenomes”, que se repetiam pelos motivos referidos. Não era incomum usar numerais ordinais como prenomes, uma maneira, inclusive criativa, para designar a ordem de nascimento.

Os romanos, conforme já salientado, usavam o nome – ou gentílico – era o patronímico, porque designava os membros da família da gens, logo, significava aqueles que faziam parte da gens. O prenome era o mais importante porque determinava a ascendência do indivíduo e indicava também a sua posição social.

O cognome determinava a família, que se distinguia da gens, que hoje entende-se por família nuclear: o pai, a mãe e filho ou filhos.

Quando começou a derrocada política da dominação romana no Ocidente, esta ocasionou uma reação nova com relação às pessoas que pertenciam a uma classe social desfavorecida. Resulta que este fato fez com que a classe desfavorecida, ou seja, a plebe, se sentisse mais disposta a assumir seu lugar dentro de uma política que não impunha mais o domínio de antes. Ressalta-se, também, que o catolicismo, embora estivesse em seu momento de construção, também contribuiu para o surgimento de uma nova lógica de nomeação. Assim, o nome mais importante era o que a pessoa havia recebido na pia batismal, já que ele significaria, daí por diante que, de fato, pertencia ao cristianismo.

Acontece que a existência dessa nova maneira de nomear a pessoa na pia batismal, longe de facilitar, ocasionou a formação de nomes que se reiteravam a ponto de gerar um excesso de José, Pedro, entre outros, proporcionando, assim, uma confusão difícil de ser resolvida. Uma saída para essa situação foi recorrer ao uso do nome do pai dos Josés, Pedros, entre outros. Afinal, era necessário diferenciar os Pedros e Josés, fazendo, então, alusão ao nome do pai, valendo, assim, o tal patriarcado, referido anteriormente.

Em virtude disso, o sistema patronímico entrou na cultura daquele povo, e depois de outros povos, como forma de sobrenome. Só que havia uma imensa quantidade

desses citados nomes o que ocasionou um “fenômeno”, o José do João, o Pedro do José, a Maria do José, o que significava o filho (a) daquele pai. A escassez de nomes e a repetição contínua deu origem ao que se chama patronímico, ou seja, as pessoas eram conhecidas porque levavam, depois do nome, o nome de seu pai. Observa-se, no entanto, que em alguns países, e aqui pode-se citar Portugal, o patronímico passou a ser identificado por sufixos, com adoção da forma “*es*” no final da palavra. Então o *es* no final do nome, como por exemplo, José Domingues, significava que esse José era filho de Domingo, José Esteves, filho do Estêvão, José Henriques, filho do Henrique, entre outros. E assim foi que se deu a formação do que hoje costuma-se denominar sobrenome, ou seja, identificador de um grupo consanguíneo.

Com o passar do tempo, os patronímicos foram caindo em desuso e assim denominaram apenas os nomes de família, que podem ser do pai ou da mãe. Em alguns países o nome da mãe vem antes que o do pai, como em Portugal e no Brasil. Todavia, há lugares como a Espanha, por exemplo, em que o nome da genitora se localiza após o nome do genitor da criança.

No Brasil, observa Holanda (1995, p.139) que existe:

[...] a tendência para a omissão do nome de família no tratamento social. Em regra é o nome individual, de batismo, que prevalece. Essa tendência, que entre portugueses resulta de uma tradição com velhas raízes – como se sabe, os nomes de família só entram a predominar na Europa cristã e medieval a partir do século XII –, acentuou-se estranhamente entre nós. Seria talvez plausível relacionar tal fato à sugestão de que o uso do simples prenome importa em abolir psicologicamente as barreiras determinadas pelo fato de existirem famílias diferentes e independentes umas das outras. Corresponde à atitude natural aos grupos humanos que, aceitando de bom grado uma disciplina da simpatia, da ‘concordia’, repelem as do raciocínio abstrato ou que não tenham como fundamento, para empregar a terminologia de Tönnies, as comunidades de sangue, de lugar ou de espírito.

A ocorrência dessas mudanças remete à condução para outro ponto, que não significa, essencialmente, a passagem do tempo, mas sim, o que se deu com o braço do Estado, que começou a crescer e passou a ter dispositivos de controle, com a finalidade de gerir a vida das pessoas. Guimarães (2005), diz que o indivíduo, no momento em que passa a ser designado biologicamente dentro da esfera do Estado, já começa a ser alcançado pelas engrenagens deste, com a finalidade de constituí-lo sujeito para a sociedade. Portanto, nomear as pessoas significa identificar as intrincadas relações sócio-

históricas que, ao serem criadas, revelam o quanto os costumes, as práticas e os valores culturais estão inscritos no ato de nomear as pessoas. Esse processo, no entanto, se modifica em diferentes épocas.

A seguir, aproveitando o contexto das relações sociais, faz-se uma análise à luz da teoria da enunciação, de Mikhail Bakhtin, para mostrar de que forma as vozes sociais transitam pelos antropônimos. Segundo a teoria bakhtiniana, um enunciado pode ser tanto o lugar de encontro de pontos de vista de locutores reais como de visões de mundo, de orientações teóricas, de tendências filosóficas etc. “Todos os fenômenos presentes na comunicação real podem ser analisados à luz das relações dialógicas que os constituem” (Fiorin, 2006, p.27).

### **Antropônimos: diálogos entre o *eu* e o *outro***

O filósofo russo Mikhail Bakhtin ficou conhecido por sua capacidade em elaborar conceitos e teorias sobre a linguagem e o contexto dialógico que esta apresenta, assim, para ele, a língua deve ser pensada por meio de uma constante interação. Segundo o autor, a língua só existe em função do uso de quem fala ou escreve ou de quem lê ou escuta, estabelecendo, assim, uma relação dialógica. Por se tratar de um elemento transformador na cultura, esta não deveria ser pensada sem o *outro*, que pode ser entendido como parte constitutiva do próprio sujeito e das relações sociais. Contudo, não há aceitação, entre os estudiosos da linguagem, de que seu conceito seja, de fato, prevalente.

Acontece que seu conceito está em oposição a algumas concepções de língua(gem) que constituíram vários estudos científicos. Veja-se, então, o que dizem as pesquisas sobre a origem da linguagem, a primeira e considerada a mais antiga, é a hipótese de que a linguagem é a própria representação do mundo e do pensamento. De acordo com esta concepção, o homem representa para si o mundo, através da linguagem. A segunda hipótese concebe a linguagem como instrumento de comunicação, ou seja, a língua nada mais é do que um código que possui um emissor, o qual precisa comunicar a um receptor determinadas mensagens. Finalmente, a terceira hipótese, diz que a linguagem surgiu da interação, talvez até de uma atividade social, ou seja, o indivíduo, com necessidade de se comunicar, começa a se relacionar, e, nesse sentido, a linguagem

foi importante porque conseguiu traduzir o que alguém pensava para outra pessoa, o que significa exteriorizar informações. Assim, para que haja interação entra em cena a ação entre aquele que ouve e aquele que lê (ouvinte/leitor). Daí por que a linguagem se faz pela interação comunicativa mediada pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação e em um contexto sócio-histórico.

Para Bakhtin (1992), a consciência linguística tanto de quem fala e de quem ouve obedece a reações práticas, ou seja, independe de interferência sistemática, uma vez que a linguagem diz respeito ao uso de cada um.

[...] na prática viva da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com o sistema abstrato de forma normativa, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular. Não se pode separar a linguagem de seu conteúdo ideológico ou visível, já que ela se constitui pelo fenômeno social da interação (Bakhtin, 1992, p.95).

Ainda segundo Bakhtin (1992), o diálogo é, sem dúvida, a característica essencial da linguagem. No processo de linguagem existem formas linguísticas que deixam claro o lugar do *eu* e do *outro*. Bakhtin ao conferir o conceito de dialogia, cria uma concepção de enunciado, algo que se relaciona diretamente ao aspecto dialógico, conforme se pode encontrar em várias de suas obras. Ele parte do princípio de que o enunciado é a unidade de análise discursiva essencial porque estabelece sempre relações dialógicas com outros enunciados. Logo, a dialogia pode ser vista sob diferentes perspectivas, por exemplo, como sendo fala de outra pessoa, outrem, pode ser vozes dos outros, discurso do outro, inter-relação dialógica, multiplicidades de vozes, polifonia, interação verbal, gêneros do discurso, entre outros.

O enunciado dialógico cria uma espécie de cadeia que se propaga com outros enunciados, pois os enunciados anteriores tendem a se conectar aos que virão a seguir. Resulta que este não pode ser considerado isoladamente, dentro de uma visão sistêmica da língua, e precisa ser compreendido como algo para além dos denominados elementos internos e externos, os quais constituem as relações dialógicas entre o enunciado e a realidade, entre o enunciado e o locutor. Para Indursky (2000), o que se dá é que o princípio dialógico da linguagem é uma reação bakhtiniana ao conceito de objeto da Linguística, ocasionada pelas célebres dicotomias saussurianas, língua/fala. Bakhtin fez crítica à referida dicotomia, pois esta exclui o sujeito e, por consequência, sua perspectiva

dialógica, uma vez que pretere a fala e passa a estudar a língua dentro de uma concepção sistêmica e estruturalista.

Pela perspectiva bakhtiniana, quaisquer que sejam as relações dialógicas, estas só se concebem entre enunciados de sujeitos que se encontram em posições sociais distintas. Isto se dá devido ao contraste de vozes que se instaura nessa dialogia, tal como concebeu Bakhtin. Indursky (2000) diz também que a concepção dialógica que Bakhtin tem do discurso se deve a uma perspectiva não-subjetiva da enunciação, ou seja, é a de que o sujeito não é o centro do discurso, mas é constituído sempre a partir do olhar de/sobre o outro. Desse modo, faz sentido examinar a dialogia discursivamente do ponto de vista de um único enunciado que, por ser múltiplo, possibilita que as vozes dialoguem, produzindo ressonâncias, e, assim, possibilite a voz de divergências, constituindo aí uma verdadeira interlocução discursiva, que faz soar constitutivamente o discurso-outro no discurso do sujeito.

Importa deixar claro que o encontro do *eu* com o *outro*, segundo Bakhtin, não se apoia no respeito e na tolerância, que são iniciativas do *eu*. O *outro* impõe sua alteridade irreduzível sobre o *eu*, independentemente das decisões daquele. O *eu* constitui-se e sempre se constrói em um espaço que já pertence ao outro ou a outros. Os sujeitos se formam não só no momento em que o *eu* toma a palavra, ou seja, se auto designa, mas a partir da enunciação o *outro* designa o *eu* na enunciação. No plano linguístico observa-se que se faz presente e também no nível de construção da própria consciência, pois, para ele, a consciência é constituída de linguagem e, portanto, de relações sociais. “As palavras são tomadas da boca dos demais”. Logo, as palavras são sempre cheias de intenções que, em si, não portam quaisquer novidades, pelo fato de já terem sido faladas, antes de serem usadas como instrumentos de intenções do *eu*. As palavras são sempre, em parte, dos demais. Assim, explica o autor:

O diálogo não é uma proposta, uma concessão, um convite do eu, mas uma necessidade, uma imposição em um mundo que já pertence a outro; ao contrário, o diálogo é o compromisso que dá lugar ao eu: o eu é esse compromisso, o eu é um compromisso dialógico – em sentido substancial e não formal e, como tal, o eu é, desde suas origens, algo híbrido, um cruzamento, um bastardo. A identidade é um enxerto (Ponzio,2008, p.23).

Ponzio (2008, p. 24) afirma ainda que mesmo considerando todos os esforços possíveis, o *eu* não domina a palavra do *outro*, tampouco sua entonação, ou seus

pensamento, dentro dos limites de sua identidade: tudo o que revela a alteridade escapa da identidade do *eu* como de “um saco furado”. Conforme o autor, a identidade, tanto do ponto de vista do indivíduo quanto de um grupo ou de uma comunidade, “sempre se reconhecerá como tal a partir do que é diferente”. Assim, em vez de resultar de decisão ou ato consciente, a identidade do grupo é proveniente de relações com outros grupos, logo, “é uma conclusão-consequência de outros, de seus comportamentos e de suas correntes de pensamento”.

No que concerne à identidade linguística, aquela que é adquirida por processos de formação e transformação de uma certa língua, Bakhtin enfatiza que é a relação com outras línguas que está por baixo desse processo de identidade. Revela que a palavra estrangeira encontra abrigo em nossa cultura por forças que se instauram além da estrutura linguística, abrangendo questões ideológicas, políticas e históricas sobre o imaginário dos indivíduos que a ela adere: “O espaço no qual uma língua vive é um espaço interlinguístico e a capacidade de expressão e adaptação da língua às necessidades de comunicação é diretamente proporcional à quantidade de contato com outras línguas” (Ponzio, 2008, p.24).

Desse modo, a pluralidade de uma língua se forma à medida que se abre à cultura do outro. Na visão de Bakhtin, uma língua só pode ser vista através dos olhos de outra língua. Nesse plano, a identidade linguística, seja como forma de ser específica de uma língua, seja como consciência linguística, provém de uma alteridade instalada em um espaço mais ou menos plurilinguístico. Bakhtin assinala que a língua nacional nunca é unitária ou homogênea, porque, segundo o autor, existem forças, chamadas de centrípetas e centrífugas, que se de um lado buscam a unificação da língua, de outro dispersam-na.

Nesse sentido, verbalizar o mundo significa expressar necessidades, conflitos e interesses de qualquer comunidade linguística. Assim, cada cultura revela, de maneira específica, o entorno de sua realidade. Todo grupo social cria sua linguagem que, por sua vez, dita padrões de comportamento para os indivíduos que lhe pertencem.

É notória a diferença na maneira como cada cultura verbaliza a realidade, Michel Foucault, no livro *As palavras e as coisas* fica claro, logo no prefácio, a necessidade que toda sociedade tem em nomear e, conseqüentemente, classificar o universo que a cerca, pois:

Os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar (Foucault, 1999, p. xvi).

Observa-se, então, que os nomes próprios aludem a uma determinada pessoa por necessidade de apelo, de descrição, ou seja, faz parte do mecanismo de construção de identidade do indivíduo (Guimarães, 2005). Quando se conhece uma pessoa elabora-se uma imagem que poderá se revelar diferente da que se criou, caso seu nome remete à lembrança à sua condição de membro participante de um grupo étnico ou ideológico, sujeito a restrições preconceituosas. Assim, os antropônimos, nesse caso, ainda podem ser considerados alegorias, comparação da própria pessoa. Em outras palavras, funcionam como um instrumento de controle do mundo e, portanto, mantêm sua magia principalmente quando evocam seres humanos.

Nesse sentido, pode-se dizer que os antropônimos fazem parte do que se apresenta ao *outro*, ou seja, unem-se a seus portadores, numa relação entre nomes e nomeados, algo que, em geral, não é muito avaliado no momento de escolher os nomes, isso considerando de modo particular, a nossa cultura. Há quem escolha nomes apenas por causa da eufonia, outras escolhas tentam homenagear o nome do pai com o da mãe, por exemplo, juntando os dois nomes em um só, o que resulta em nome que será alvo de arrependimento para aquele que nomeou e insatisfação para o nomeado. Nesse caso, a pessoa vai portar o “bendito” nome por toda a vida, podendo vir, inclusive, a sofrer bullying nas diversas situações sociais, e resta apenas a alternativa de apelidos, na tentativa de amenizar o dano sofrido de possuir um nome nada agradável.

Acontece que as sociedades apresentam seus critérios de preferências de nomes próprios de forma bem diferenciada. Há culturas, onde os nomes de pessoas tornaram-se indicadores de determinados atributos, outras aderiram a modismos, que resultaram de contextos sócio-históricos. Essa assertiva remete ao que Bakhtin (1992) propõe em sua teoria ao dizer que a linguagem só pode ser compreendida a partir de sua natureza sócio-histórica e que as palavras são constituídas a partir de vários fios ideológicos, como uma espécie de trama que envolve todos os tipos de relações sociais, em todos os domínios. Nesse contexto, o processo enunciativo da nomeação abarca acontecimentos diversos que foram priorizados na adoção de um certo nome. O

antropônimo, como todo enunciado, tem sua origem no diálogo com vários outros enunciados, portanto, este relaciona-se com acontecimentos registrados na história e, no caso do povo brasileiro, esse diálogo contém traços resultantes das inúmeras influências que a referida cultura sofreu. Não se pode deixar de ver esse diálogo a partir da constituição da própria identidade brasileira, formada por uma mistura de culturas, para a qual já alertava Ribeiro (1995, p.246), em *O povo brasileiro*:

Quem somos nós, os brasileiros, feitos de tantos e tão variados contingentes humanos? A fusão deles todos em nós já se completou, está em curso, ou jamais se concluirá? Estaremos para sempre condenados a ser um povo colorido no plano racial e cultural? Haverá alguma característica distintiva dos brasileiros como povo, feito que está por gente vinda de toda parte?

Não é somente no nome, caso específico deste artigo, que transparece a heterogeneidade do brasileiro, uma vez que ela se faz presente também de diversas formas, conforme a região do país e, como exemplo, pode-se citar a culinária, a maneira de se trajar, o modo de se relacionar com o outro, e pode, ainda, se situar na língua que a pessoa fala, a exemplo dos estrangeirismos.

Estrangeirismo, que, de acordo com Faraco (2006, p.15) consiste, na língua de uma comunidade, no uso de palavras que são provenientes de outras línguas, episódio que se dá quando há uma comunicação entre comunidades linguísticas distintas.

Por exemplo, os falantes do português brasileiro, tendo em mente a representação que fazem de certos falantes de inglês associam a eles e, por extensão, à língua inglesa, valores que vão desde dinamismo progressista, consumo e comodidade, avanço tecnológico e poder vigoroso, valores aos quais desejam se associar, até conservadorismo retrógrado, grosseria, artificialidade insensível e poder nocivo, valores que desejam combater. (Faraco, 2006, p.16).

Na opinião de vários autores, o que está por baixo, ou seja, o que encobre o uso de expressões estrangeiras é um certo jogo que, simbolicamente, pode estar, sim, associado ao exercício do poder, uma vez que existe um capital simbólico engendrado nas escolhas feitas em relação a certas formas linguísticas estrangeiras, em detrimento de outras.

Tome-se como exemplo o caso do Brasil, um país cuja característica é olhar com bons olhos a cultura alheia. Nesse caso, quais critérios caberiam para nortear o uso de estrangeirismo?

Continuando com Faraco (2006), este afirma que quando se designa um empréstimo como estrangeirismo convém determinar, isto é, demarcar, o que de fato é esse fenômeno. Ele diz isso porque tal categorização é devida à grande dificuldade de situar um termo como estrangeirismo na língua, pois o tempo foi pouco a pouco se encarregando de adotar, diversos termos ao português aqui falado, a ponto de terem se abasileirado, possuindo uma escrita peculiar, o que redundou numa perda dos traços identitários originais, adquirindo uma outra identidade.

Faraco (2006) relata que as discussões realizadas sobre o estrangeirismo se fixam, sobretudo, no uso dos anglicismos. O inglês passou a ser a maior fonte de empréstimos tomados ao português e às demais línguas. É a língua que predomina em contatos de foro internacional, fato que se deve ao sucesso do império britânico, do qual o Brasil sempre foi cliente. Contudo, Faraco enfatiza que a exorbitância de estrangeirismos na língua portuguesa não diz respeito apenas a uma imposição, ela também é movida por um desejo de parecer diferente e, portanto, não são imprescindíveis, por serem desejados. São os próprios falantes que fazem os empréstimos e o fazem movidos por um desejo, muitas vezes criados pelos canais de comunicação da sociedade contemporânea, atualmente movidos também pelas redes sociais.

No sentido mais amplo, a globalização induz a mídia da informação, do entretenimento e, principalmente, da publicidade a explorar as associações semióticas entre língua inglesa e os instigáveis recursos simbólicos, econômicos e sociais por ela mediados.

Em uma sociedade como a brasileira, na qual é imensa a disparidade na capacidade de consumo dos cidadãos e na qual a classe social consumidora sofre de grande insegurança social e se mira em modelo externo de consumo, norte-americano ou europeu, não surpreende que o anglicismo se preste para marcar a diferenciação competitiva entre quem dispõe desse capital simbólico e a massa não consumidora (Faraco, 2006, p.23).

No Brasil, o que leva as pessoas de menor renda *per capita* a escolherem nomes ingleses para seus filhos? Infere-se que o fato de nomear um antropônimo inglês para seus filhos pode significar vários sentidos, e um deles deve ser o desejo de se projetar no *outro* ou projetar o *outro* por meio da palavra. Pode-se dizer que bem aí se institui o fenômeno da alteridade que, na visão de Bakhtin, marca fortemente o ser humano, pois é

imprescindível para sua constituição o diálogo com o *outro*. Para Bakhtin, a vida é dialógica por natureza:

Na vida agimos assim, julgamo-nos do ponto de vista dos outros, tentando compreender, levar em conta o que é transcendente na nossa própria consciência: assim levamos em conta o valor conferido ao nosso aspecto em função da impressão que ele pode causar em outrem [...] (Bakhtin, 1992, p. 35-36).

Quando uma pessoa escolhe um antropônimo de um famoso americano, por exemplo, o usuário desse nome (geralmente recebe do pai, da mãe, da tia, do irmão mais velho), por meio de processos dialógicos, poderá construir sua identidade (ou não) sob uma ilusão ideológica, pois o nome já traz consigo toda uma incorporação de discursos constitutivos sobre a identidade daquele famoso.

No Brasil, observa-se, quanto à adoção de antropônimos estrangeiros, que houve uma naturalização, uma vez que se tornou um fenômeno aparentemente usual. Esse fenômeno se fez mais nitidamente notório com o advento da indústria cinematográfica e, em seguida, com a expansão dos meios de comunicação de massa.

Para Thompson (1998 p. 219), nas sociedades, e aqui incluem-se todas, costuma haver produção e troca de formas simbólicas já que tem sido, sempre, uma característica onipresente da vida social. Diz ainda que nas sociedades modernas, é natural a existência de circulação de imagens, expressões linguísticas, gestos, ações, obras de arte etc., que, por serem abrangentes, adotaram um aspecto novo e qualitativamente diferente. Segundo o autor, houve um desenvolvimento de meios técnicos que, articulados a instituições voltadas para a acumulação capitalista, ‘possibilitaram produção e circulação das formas simbólicas numa escala antes inimaginável’. Assim, imagens, discursos, verdades de uma época circulam e constroem, de maneira insistente, sentidos que são históricos. Isso acontece de modo obstinado e dialógico, em que textos são resgatados, recuperados ou projetados, pois a mídia se ocupa de colocar em circulação discursos, representações, imagens, formas simbólicas que vendem verdades aparentemente absolutas. Contudo, não apenas as imagens, mas também os discursos propostos pela mídia só podem ser interpretados, caso a história seja levada em consideração.

Não se constitui uma raridade o fato de várias pessoas optarem por nomes de atores de Hollywood, pelo fato de levarem em conta uma fantasia que foi criada e

acalentada no íntimo de uma fabulosa imaginação, tecida ao redor da figura do ator ou atriz. Existe, sim, uma espécie de “naturalidade” com que os prenomes estrangeiros passaram a “aterrissar” no Brasil, conforme já explicitado, isso se deve a uma expansão dos efeitos produzidos pela mídia, que projetam o desejo de o expectador ser esse *outro*, criado nas cenas hollywoodianas ou por meio de espetáculos da *pop* norte-americana. Doris Day, e Elvis Presley, por exemplo, caso fosse feito um ranking, iriam liderar como nomes escolhidos, uma por ser atriz famosa na década de 50/60, enquanto pelo outro pelo fato de ser ídolo do *rock'n'roll* e, portanto, inspiraram muitos pais a batizarem seus filhos. Logo, há apenas uma aparente “naturalidade” na escolha desses nomes.

Observa-se que há um traço marcante nessa escolha de batizar pessoas com nome estrangeiro, e os cartórios, principalmente das grandes cidades, revelam que um terço da população brasileira pertencente a famílias pobres possui nomes estrangeiros (Brum, 2000). É que essas pessoas podem ter construído, consciente ou inconscientemente, o desejo de projetar em seu filho(a) uma identidade constituída por vozes relacionadas à fama, à riqueza, à beleza, ao sucesso.

Tendo em visto que um antropônimo possui um enunciado verbal, este, numa visão bakhtiniana, estará sempre relacionado a um valor (a verdade, o bem, a beleza, o caráter etc.). Desse modo, os nomes próprios comumente adotados em países de língua inglesa, trazem consigo valores que influenciam os brasileiros a os adotarem como forma de entrarem em conjunção com um objeto de valor, de poder, de força, de verdade.

### **O *corpus* em foco**

Ressalta-se que os antropônimos aqui referenciados foram parte do *corpus* que constituiu esta pesquisa, cujo universo abarcou escolas da rede pública da cidade de São Luís, MA. Destaca-se aqui, apenas para efeito de elucidação o nome *Leididaina*, alusivo à Lady Diana, já morfológicamente modificado, devido às diferenças fonológicas entre a língua de partida e a língua de chegada. Tal processo de transição de uma língua para outra relaciona-se ao que Bakhtin esclarece a respeito da assimilação de uma língua estrangeira:

No processo de assimilação de uma língua estrangeira, sente-se a ‘sinalidade’ e o reconhecimento, que não foram ainda dominados: a língua ainda não se tornou língua. A assimilação ideal de uma língua

dá-se quando o sinal é completamente absorvido pelo signo e o reconhecimento pela compreensão (Bakhtin, 1992, p.94).

É muito clara a existência de um diálogo interno da palavra que se coloca para além do discurso alheio, discurso este de ordem sócio-linguístico-cultural. Assim, a preferência pelo nome da princesa da Inglaterra desperta, no sujeito enunciador, vozes referentes a padrões socialmente estabelecidos e aceitos, tais como: beleza, moral, ética, política, independência feminina, modelo de maternidade, entre outros. A essa interação discursiva, Bakhtin dá o nome de dialogismo, ou seja, um “modo de funcionamento real da linguagem”, por ser este um princípio que é essencial, pois todos os enunciados constituem-se a partir de outros (Fiorin, 2006, p.30).

O nome próprio, por exemplo, como palavra, deixa de ser uma unidade da língua e passa a ser um enunciado com sentidos e sempre dirigido a alguém. A atitude de nomear recorta, como memoráveis, os nomes disponíveis como contemporâneos, próprios de sua época, porém cheios de outras vozes, e isso significa que uma enunciação que nomeia pode estar citando enunciações que podem estar não só no presente, mas também no passado, podendo, inclusive, fazer referência ao futuro.

É nessa grande temporalidade que se identifica o entrecruzamento de diálogos, conforme Bakhtin (1992). Daí infere-se que antropônimos advindos do nome da princesa Diana podem estar associados, ainda, a supostos discursos de valores negativos, os quais surgiram após sua separação do príncipe Charles, o que infere leituras temáticas relativas à desobediência à realeza (ao Palácio de Buckingham), à infidelidade/volubilidade ou ao egoísmo. Essa questão mostra que as nomeações se cruzam num interdiscurso e marcam posições de sujeitos diferentes em épocas diferentes. “Neste percurso cotidiano do funcionamento dos nomes o processo de identificação estabelece uma relação muito particular entre o nome a que se chega e a pessoa. Assim o nome acaba por funcionar, a partir de uma história de enunciações [...]” (Guimarães, 2005, p.38).

O antropônimo *Jonleno*, também é mais um caso de adaptação à moda do português criado por quem nomeou a pessoa, referindo-se ao ex-Beatle John Lennon. Imagine que referido nome traz consigo uma série de vozes da influência musical legada de antepassados, ascendentes do indivíduo que quis homenagear a pessoa que recebeu o referido nome. Na palavra *Jonleno* está inscrito um diálogo sócio-histórico que traz à

memória o fato de o cantor, em um dado momento de sua trajetória artística, ter sido consagrado como um grande ícone semeador da paz universal, através de canções que veicularam mensagens indeléveis que, definitivamente, marcaram a história da humanidade. A voz de John Lennon continua a ecoar, fazendo-se presente na memória discursiva como um antropônimo carregado de discursos valiosos para a formação do sujeito. Nomear um indivíduo com seu nome significa, então, expressar um desejo de imortalizar um dos maiores ídolos da música de todos os tempos.

Os nomes próprios originados da língua inglesa, como os aqui mencionados, mesmo com suas excentricidades de registro gráficos do português brasileiro, concomitantemente representam o mesmo e o outro, o velho e o novo. O porquê de esses nomes se fazerem presentes em nossa cultura marca um fato a ser pensado, uma vez que ao serem adotados no Brasil, não são registrados de acordo com o sistema da língua de origem. Observa-se que nesses casos, ocorre o que se chama de processo de acomodação morfológica que obedece ao sistema da escrita da língua portuguesa, e nesse sentido, vale citar Certeau (1994, p. 40) ao tratar de acomodações realizadas por indígenas:

O modo de os indígenas usarem as ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas, eles as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Seu modo de usar a ordem dominante exercia seu poder, que não tinham meios para recusar, a esse poder escapavam sem deixá-lo. A força de sua diferença se mantinha nos procedimentos de consumo. Ao modo indígena, os usuários fazem uma bricolagem com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras.

A adaptação gráfica dos nomes ingleses revela uma completa liberdade de invenção, quem sabe uma irreverência, mesmo inconsciente, mas aponta, sobretudo, para um rompimento com a tradição, muitas vezes incorrendo em sérias críticas. “Essa percepção [...] coloca a palavra numa relação particular com a realidade fazendo com que tudo seja visto numa relatividade alegre” (Fiorin, 2006, p.90).

A palavra do *eu* é sempre uma manifestação da palavra do *outro*, materializada quer em forma de imitação, quer ao modo de citação, ou ainda por meio de diferentes formas de transposição, que comportam diferentes níveis de distanciamento da palavra alheia. A apropriação linguística é um processo de retomada da palavra alheia que não é exclusiva e total. Conforme já citado neste trabalho, as palavras que se usam

não são nossas, isto porque elas provêm do discurso alheio e não ocorrem de modo isolado, são como peças que formam o mosaico de enunciações completas de textos. As palavras não são neutras, vazias de sentido, “mas já alheias e com certa direção ideológica, expressam um projeto concreto, um determinado nexos com a práxis” (Ponzio, 2008, p.101). Portanto, elas têm sua origem em determinadas linguagens, registros.

Ponzio (2008) é taxativo ao referir que toda enunciação jamais é unilateral: quando expressa seu próprio objeto, expressa direta ou indiretamente seu olhar sobre a palavra alheia. A exemplo do que acontece com a literatura, questiona-se: seria correto associar certas nomeações excêntricas, totalmente deslocadas no sentido da lógica usual, como *Milksheikson*, que fogem aos padrões linguísticos do português em níveis oral e escrito ao que Bakhtin chamou de carnavalização, caracterizada pela celebração do riso e do cômico? Segundo o autor, a carnavalização, por ser irreverente, abarca um conjunto de transformações compostas de afirmação do cômico, de fantasia e inventividade. É notório que o antropônimo *Milksheikson* provoca riso, bullying, e estabelece uma certa irreverência entre o que pode e o que não pode ser dito enquanto antropônimo, pois, em sua origem, esse nome relaciona-se a uma bebida feita a partir de sorvete - o *milkshake*. Nesse caso específico, a única alternativa plausível que teria levado à escolha desse nome foi tão somente uma motivação fonética e não semântica do termo, ou então, a pessoa que adotou esse nome é fã ardorosa de *milkshake*. Resulta que esse nome opõe-se ao que propõe a cultura oficial, vindo de um lugar tão popularmente famoso.

### **Considerações finais**

Analisou-se aqui, de maneira breve, alguns traços do princípio dialógico bakhtiniano no processo de adoção de antropônimos ingleses por indivíduos brasileiros, o que revela uma heterogeneidade discursiva que vai além dos limites geográficos. Trata-se, pois, de um fenômeno no qual se identifica a estreita e contínua relação entre alteridade e dialogismo do *eu-outro* na busca por paradigmas de sucesso, carisma, poder, entre outros referenciais. Verificou-se que os antropônimos são constitutivos da História, pelo fato de demarcarem um determinado período e conservarem-se na memória social de um povo.

Considera-se, por fim, que, no caso brasileiro, com o passar do tempo, grande parte desses antropônimos foram sendo incorporados ao léxico da língua receptora perdendo, por conseguinte, o sentido alienígena estrangeiro emanado pelo nome original.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRUM, Eliane. A agonia de Zé da Silva: os registros dos cartórios revelam que, nas grandes cidades, um terço dos brasileiros de famílias pobres tem nome estrangeiro. *Época*, São Paulo, ano 3, n. 117, p. 74-76, 14 ago. 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano(I): artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FARACO, Carlos Alberto (org.). *Estrangeirismo: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2006.

FIORIN, José Luiz. A dinâmica dos sobrenomes. *Revista Língua Portuguesa*, São Paulo, ano 2, n. 20, p. 36-37, 2007.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes Editores, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INDURSKY, Freda. **Reflexões sobre a linguagem**: de Bakhtin a análise do discurso. In: ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. São Paulo: Pontes, 2000.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.